

AO ILUSITRÍSSIMO SENHOR, JOÃO FRANCISCO JONES FORTES BRAGA, DD. SUPERINTENDENTE REGIONAL DA CODEVASF 8ª SR. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR.

Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020 – OBJETO: FORNECIMENTO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E MÁQUINAS PESADAS, COM VISTAS A ATENDER DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS QUE SE DESTINAM AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA CODEVASF/8ªSR, ESTADO DO MARANHÃO.

A CBMAQ – COMPANHIA BRASILEIRA DE MÁQUINAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.239.764/0001-31, com sede na Avenida Caiapó, S/N, Quadra 88, lote 58-65, nº: 1103, bairro Santa Genoveva, Goiânia-GO, CEP: 74.672-400, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no Art. 87 da Lei 13.303/2016, em seu parágrafo primeiro C/C § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de

IMPUGNAR

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme preceitua o item 6.1 do referido edital:

Até 3 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, nos termos do art. 24 do Decreto 10.024/2019.

Restando clara a tempestividade da presente peça.

II – DOS FATOS

A subscrevante tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com exigências no item 01 da Planilha constante anexo ao edital, parte integrante deste, e no Termo de Referência também anexo a este, que vem assim redacionadas:

*Trator agrícola de pneus, potência mínima do motor de 95 CV, novo, ano de fabricação corrente, **3 cilindros**, capacidade mínima do tanque de combustível de 95 litros, tração 4 x 4, transmissão mínima de 8 velocidades a frente e 2 a ré, pneus dianteiros novos mínimo 14.9-24R1 e traseiros mínimo de 18.4-34R1, com contrapesos frontais, pesos dianteiros e na rodagem traseira, sistema de levante hidráulico com terceiro ponto capacidade mínima de 2.700 kg, controle remoto de implementos Cat. II com no mínimo 1 válvula, sem descanso de braços, sem proteção de eixo tração dianteiro, tomada de força independente com 540 RPM de acionamento mecânico, sistema elétrico completo com faróis de serviço e sinalética completa. Cabine do operador plataforma com toldo e arco de segurança. Logomarca da CODEVASF silkada em local visível. Garantia mínima de 12 meses sem limite de horas.*
(Original sem grifos)

(...)

Termo de Referência

(...)

4.7 O (s) fabricante (s) dos bens a serem fornecidos, na data da abertura das propostas (início da Sessão Pública) do Pregão Eletrônico (SRP), deverá(ão) ter empresa autorizada localizada no Estado do Maranhão para prestar assistência técnica, onde serão entregues os itens 01 e 02 e itens 11 a 20, sob pena de desclassificação da proposta. Para tal comprovação, deverá ser exigida no momento da aceitação da proposta, documentação comprobatória.

Tal exigência de “**motor de 3 cilindros**”, não apresenta também nenhum respaldo técnico justificável, vez que não interfere em nada no desempenho da máquina, se mostrando assim apenas cunho restritivo, uma vez que nas descrições exigem exatamente o que se pede, não dando a possibilidade de poder ofertar produtos superiores, como é o caso de exigir “motor de 3 cilindros”, vedando a possibilidades de emprestas que comercializam tratores de 80cv com motores de 4 cilindros, que são muito superiores aos de 3.

Em recente decisão o Tribunal de Contas da União na pessoa do Ministro Relator Aroldo Cedraz, lecionou em seu **Acórdão 214/2020 - Plenário** a despeito de

uma Representação feita pela empresa CBMaq contra uma descrição de um edital de uma prefeitura do Goiás:

[...]

*37. Por oportuno cabe destacar que consta nos autos a Nota Técnica do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) e do grupo especial anticorrupção (GEAC) 2/2017, do Ministério Público de Santa Catarina, que orienta aos promotores de justiça com atuação na área de Moralidade Administrativa no sentido de que, **para a compra de máquinas pesadas, deve estar descrito no objeto do edital somente as características básicas do equipamento.***

(Original sem grifos)

Sempre que há exigências que limitam o número de licitantes, claramente se vê o vício no sentido de direcionamento, que ceifa a golpes e acoites a competitividade e a isonomia, perdendo a finalidade do pregão, que é a escolha da proposta mais vantajosa para o órgão público.

Um princípio, digno de ser observado nesta peça é o princípio do julgamento objetivo, que por entendimento intrínseco, afasta qualquer informação subjetiva na descrição do item e a possibilidade de direcionamento a marcas como critério de avaliação de proposta, mostrando, se assim mantiver, tamanha falta objetividade no que se licita.

Porque não colocar na descrição “motor **mínimo** de 3 cilindros”? Englobaria toda a gama de fornecedores e marcas.

Certo sabemos, que diante de uma leitura rápida sem muito foco, podemos entender que a lei 8.666/93 veda totalmente o direcionamento do objeto do edital.

Resta deixar bem claro que, o que aqui está se solicitando, não é a restrição a tratores de 3 cilindros, mas sim a ampliação do raio de participação, incluindo pelo menos o termo “mínimo de” antes da exigência, permitindo que o preço seja o requisito de escolha e não o direcionamento ilegal.

Tal exigência é totalmente restritiva à competição, o que é rechaçado pela jurisprudência. (MS nº: 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado, DOU 10.08.1993)

*As regras do edital de licitação devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, **possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes** a fim de que seja possibilitado se encontrar entre as propostas a mais vantajosa.*
(Original sem grifos)

O Tribunal de Contas da União também pondera sobre o tema:

(...)

c) Por outro lado, a igualdade de condições das licitações é princípio de estatutura constitucional (cf. art. 37, XXI, da CR/88). Deste princípio geral decorre o da competitividade, previsto no mesmo dispositivo constitucional (somente serão permitidas “as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”) e no 1º, inc. I, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Por isso, a competição não poderá ser restringida, sob pena de nulidade de todo o procedimento licitatório.

(Acórdão 93/2015-Plenário 28/01/2015 Relator: AUGUSTO NARDES)

(Original sem grifos)

O Superior Tribunal de Justiça – **STJ** consagrou no tocante à ampla competitividade às licitações públicas:

*Da lição do mestre Marçal Justen Filho temos: “**É certo que não pode a administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame,** mas sim garantir ampla participação da disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p.335).*
(Original sem grifos)

De acordo com o que tecemos acima, o Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que:

As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel.min. José Delgado),

Conforme o exposto, depreende-se que a atividade administrativa deve ser exercida em absoluta conformidade com a lei e os princípios por ela imposta. Das premissas licitatórias extrai-se a seguinte fórmula, que **deve sempre ser almejada pela Administração Pública: busca da proposta mais vantajosa para a Administração por meio de procedimento formal em que fiquem asseguradas a isonomia e a competitividade.**

O Superior Tribunal de Justiça - STF firmou no tocante à ampla competitividade às licitações públicas: Da lição do mestre Marçal Justen Filho temos:

“É certo que não pode a administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação da disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações. (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., Ed. Dialética, São Paulo, 2000, p.335).

Contribuindo ainda mais, mencione como incomparável a observância ao princípio da impessoalidade, com relação ao qual Celso Antônio Bandeira de Mello esclarece o sentido:

Nele se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimentos. Nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie. (In Curso de Direito Administrativo, 27 ed. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 114)

Focando agora na exigência de Assistência Técnica local, tal assunto foi tratado recentemente pelo Tribunal de Contas da União dando ciência à própria CODEVASF de se tratar de uma improbidade tal exigência, como segue abaixo um trecho:

ACÓRDÃO Nº 2311/2020 - TCU - Plenário
Processo TC-028.257/2020-O (REPRESENTAÇÃO)
Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.6.1. dar ciência à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no item 8.1.2, c, do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico 10/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes: exigência irregular, para fins de habilitação ou aceitabilidade da proposta, e não apenas da licitante vencedora, no momento da contratação, de possuir assistência técnica autorizada no Estado do TO, tendo em vista se impor custos prévios aos licitantes, podendo atuar como fator de restrição à competitividade do certame, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 2.001/2019-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 1.284/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler; 891/2018-TCU-Plenário, Ministro Relator José Mucio Monteiro; 539/2015-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; 2.103/2005-TCU-Plenário, Ministro Relator Augusto Sherman; e Sumula - TCU 272).

Mantendo as exigências acima apontadas, acaba por frustrar todo o caráter competitivo do certame em tela, além de não tratar com isonomia todos os licitantes por apenas solicitar uma exigência ínfima e sem sentido, que não tem nenhum caráter técnico operacional que justifique tal pedido.

Portanto, é evidente a violação ao princípio da economicidade e eficiência (art. 37, caput da Constituição Federal) em razão desta exigência, e por ser inútil, irrelevante, restringir a competição, não ter justificativa, e criar reserva de mercado e dirigismo licitatório; tal exigência é claramente ilegal, nos termos do art. 3º, inciso II da Lei Federal nº: 10.520/02, **sujeitando os agentes envolvidos nessa ilegalidade às consequência previstas na legislação.**

VI – DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer a impugnante:

- a) O reconhecimento, apreciação e decisão em face da impugnação no prazo legal com sua disponibilização.
- b) O enfrentamento da matéria impugnada e a resposta, com indicação do FUNDAMENTO DE FATO, TÉCNICO, JURÍDICO E LEGAL na decisão, sobre o motivo pela qual está sendo feita as exigência acima apontadas;
- c) Que seja retirado do Edital em tela as exigências acima atacadas e republicada o edital escoimado de vícios.

Nestes termos
Pede deferimento

Brasília-DF, 11 de setembro de 2020.


DANIEL FERNANDO JESUS DA SILVA

CBMAQ- Companhia Brasileira de Máquinas
Daniel Fernando J. Silva
Gerente CSC